

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: crédito para agricultura familiar

Período de Análise: 01/08/2016 a 31/08/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira.

Índice:

Ministério do Desenvolvimento Social reafirma compromisso com alimentação saudável. - Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 04/08/2016.....	4
Exército abre duas chamadas públicas para compra de alimentos da agricultura familiar no RS. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 08/08/2016.....	5
Seminário em São Paulo discute ataques à legislação dos agrotóxicos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 08/08/2016.....	6
Cooperativa do MST se torna mantenedora de sementes agroecológicas. Catiana Medeiros - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 08/08/2016.....	7
A agroecologia como antídoto à produção transgênica. Leonardo Boff - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 08/08/2016.....	8
Tocantins fortalece biodiversidade. Leticia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/08/2016	10
“Inovação tecnológica é fundamental para o produtor sair da pobreza”, afirma secretário. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 09/08/2016.....	11
Caisan discute Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 11/08/2016.....	12
MDSA vai repassar até R\$ 10 milhões para aperfeiçoamento das políticas de segurança alimentar. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 12/08/2016.....	13
MDSA lança chamada pública para compra de produtos da agricultura familiar. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 15/08/2016.	14
Feira promove produtos de povos e comunidades tradicionais no Rio de Janeiro. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). 19/08/2016.	15
PAA melhora a vida de agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). 29/08/2016.....	16
MDSA apresenta Compra Institucional no Espírito Santo. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). 31/08/2016.	18

Agricultura camponesa: "Não há democracia sem direito à alimentação". Rafael Tatemoto - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 20/08/2016. 19

Entidades defendem no STF lei que protege a saúde da população contra os agrotóxicos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST) 22/08/2016..... 22

Ministério do Desenvolvimento Social reafirma compromisso com alimentação saudável. - Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 04/08/2016.

Durante encontro internacional, secretário executivo Alberto Beltrame falou sobre os avanços brasileiros na agenda da nutrição e da segurança alimentar

Rio de Janeiro – Ao participar do evento Nutrition For Growth (Nutrição para o Crescimento), o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Alberto Beltrame, reafirmou o compromisso do governo federal com a alimentação adequada e saudável. Ele destacou, nesta quinta-feira (4), que o ministério ocupa uma posição estratégica na agenda da nutrição e da segurança alimentar.

“O ministério tem o protagonismo no enfrentamento dos problemas da má alimentação. Não é possível imaginar o desenvolvimento humano de um país sem políticas públicas que promovam a alimentação saudável e nutrição adequada”, afirmou Alberto Beltrame, durante a abertura do encontro internacional, na Casa Brasil, no Rio de Janeiro.

O ministério, ressaltou, preside a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), composta por 20 ministérios, e é responsável pela coordenação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A estrutura também comporta uma secretaria específica voltada para a área.

Uma das prioridades do governo federal é a qualidade da alimentação, por meio da promoção do acesso a alimentos mais saudáveis. A boa nutrição da população envolve vários aspectos que vão desde a produção de alimentos, formas de abastecimento, comercialização, compra e consumo de alimentos.

“O ministério desenvolve políticas de apoio à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos. Além disso, outra estratégia desenvolvida é a política de transferência direta de renda, que aumenta o poder aquisitivo da população brasileira”, acrescenta.

Um dos indicadores que evidenciam o avanço brasileiro, disse ele, na agenda da nutrição é a redução do índice de desnutrição infantil aguda. Há 40 anos, esse índice era de 37% no Brasil. “Em 2006, atingimos o padrão de países desenvolvidos. Hoje, esse índice é de 1,8%”.

De acordo com Beltrame, o governo brasileiro também tem o compromisso de regulamentar comércio de alimentos processados e ultraprocessados no ambiente

escolar, regulamentar a publicidade de alimentos ultraprocessados, sobretudo aqueles voltados para o público infantil, e avaliar a viabilidade de medidas fiscais para bebidas adoçadas.

O secretário avalia ainda que os compromissos do Brasil com a agenda de segurança alimentar foram reforçados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). “Dos 17 objetivos, quatro estão relacionados à agenda da alimentação saudável. Assumimos o compromisso de promover uma nutrição adequada e incentivar a produção e consumo de alimentos saudáveis”, acrescenta.

Encontro - O evento internacional *Nutrition for Growth (Nutrição para Crescimento)* é uma iniciativa dos governos do Brasil e do Reino Unido com o objetivo de promover discussões sobre formas de alcance das metas globais e melhorias da nutrição, principalmente da infância. O primeiro encontro foi realizado em Londres, em 2012.

Exército abre duas chamadas públicas para compra de alimentos da agricultura familiar no RS. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 08/08/2016.

Unidades em São Luiz Gonzaga e São Leopoldo vão adquirir aproximadamente R\$ 240 mil em produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília – Agricultores familiares do Rio Grande do Sul têm mais duas oportunidades de comercializarem os produtos para o Exército Brasileiro. Por meio da modalidade Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o 4º Regimento de Cavalaria Blindado, em São Luiz Gonzaga (RS), e o 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, em São Leopoldo (RS), vão comprar mais de 35 toneladas de alimentos. O investimento total previsto para as duas compras será de quase R\$ 240 mil.

A prioridade de compra será para agricultores familiares e organizações dos municípios, de comunidades tradicionais, assentados, mulheres e para a produção agroecológica e de orgânicos. Os interessados devem apresentar a documentação para habilitação na sede das unidades. Em São Leopoldo, o prazo vai até o dia 10 deste mês. Já em São Luiz Gonzaga, os agricultores familiares têm até o dia 15 deste mês para apresentar os documentos e a proposta de venda.

Com a compra dos batalhões nos dois municípios, já são cinco chamadas públicas voltadas para a compra de alimentos da agricultura familiar realizadas pelo Exército Brasileiro no Rio Grande do Sul nos últimos meses. As unidades em Santiago, Nova Santa Rita e Dom Pedrito também lançaram editais para compra de produtos da agricultura familiar. Além disso, no Rio Grande do Norte, o Exército também está adquirindo produtos do setor.

Podem participar da chamada pública, organizações e associações de agricultores familiares, de povos tradicionais e de famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Cada agricultor familiar poderá vender até R\$ 20 mil.

A coordenadora geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDSA, Helene Santos, destaca que as Forças Armadas têm um potencial gigantesco para fortalecer a agricultura familiar com a compra dos alimentos, e estão satisfeitas com as aquisições realizadas. “O Ministério da Defesa e as Forças Armadas apontaram que o procedimento de compra é mais fácil, que os alimentos chegam mais frescos, há reduções nos custos e não há registro de atrasos na entrega”.

O Ministério da Defesa – ligado às Forças Armadas – é pioneiro no governo federal na aquisição de alimentos por meio da modalidade de Compra Institucional, quando, em 2014, adquiriu R\$ 564 mil em produtos para abastecer os restaurantes do órgão na Esplanada dos Ministérios. Em 2015, foram comprados mais de R\$ 3,8 milhões em produtos para o Exército Brasileiro, a Marinha do Brasil e para a Força Aérea Brasileira.

A legislação atual determina que órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta comprem ao menos 30% de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

Seminário em São Paulo discute ataques à legislação dos agrotóxicos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 08/08/2016.

O objetivo é debater e denunciar para a sociedade os ataques que estão ocorrendo à lei 7802/89, que regula o uso de agrotóxicos no Brasil

No dia 12 de agosto, será realizado em São Paulo o debate Agrotóxico é Risco, no auditório do Sindicato dos Engenheiros. O objetivo é debater e denunciar para a sociedade os ataques que estão ocorrendo à lei 7802/89, que regula o uso de agrotóxicos no Brasil.

A atividade será realizada no âmbito da Comissão Especial de Fitossanitários da Câmara dos Deputados. A comissão é responsável por tratar do PL 6299/2002 e seus apensados. O principal deles é o PL 3200, chamado de PL do Veneno, que visa derrubar a Lei de Agrotóxicos e instituir a Lei de Defensivos Fitossanitários.

Um dos deputados que luta contra a bancada ruralista nesta comissão é o Dep. Federal Nilto Tatto, do PT. Ele é responsável pela organização deste debate, que contará ainda com a participação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, o IDEC, a CUT, entre outras entidades que promovem a luta contra os agrotóxicos.

Cooperativa do MST se torna mantenedora de sementes agroecológicas. Catiana Medeiros - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 08/08/2016.

De acordo com a legislação vigente, a partir de 2018, a cooperativa estará apta a produzir suas próprias sementes

A Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (Conaterra), responsável pela marca Bionatur, aprovou na última semana junto ao Registro Nacional de Cultivares do Ministério da Agricultura (Mapa) a condição de mantenedora de sete variedades de hortaliças: repolho louco de verão, couve manteiga da Geórgia, BRS tortéi, rúcula cultivada, moranga de mesa, abobrinha de tronco redonda e abobrinha de tronco caserta.

De acordo com a legislação vigente, a partir de 2018, a cooperativa estará apta a produzir suas próprias sementes destes setes cultivares, que, posteriormente darão origem aos campos de produção de sementes comerciais da Bionatur.

Segundo a agrônoma Patrícia Martins, além de romper com a dependência da aquisição das sementes junto a outras empresas mantenedoras, a Bionatur espera a partir de agora completar o ciclo de produção das sementes em sistemas de produção orgânicos e agroecológicos, visando atender as expectativas dos agricultores que produzem para a cooperativa e a demanda dos consumidores de sementes livres de venenos.

“Trata-se de um importante passo para alcançar a autonomia na produção de sementes de geração superiores, considerando o prazo estabelecido pelo Ministério da Agricultura, que se encerra a partir da safra 2018/2019, para utilização de sementes de categoria S2”, complementa Patrícia.

Conforme relata o coordenador da Conaterra, Alcemar Adílio, pelo ao menos há dois anos buscava-se, por meio de pesquisas e experimentos, a condição de mantenedora, conquista que é fundamental por se tratar de sementes que geram alimentos saudáveis e estão no cardápio da maioria das famílias brasileiras.

“Esse novo passo garante, junto a outros fatores, nossa permanência na produção de sementes, o que vai minimizar a dependência de terceiros. Enquanto Bionatur nosso intuito é, até o final deste ano, registrar pelo menos cinco outras variedades”, explica Adílio.

Bionatur

A Rede Bionatur, fundada em 1997 a partir de iniciativa de 12 famílias, produz 55 variedades de sementes agroecológicas nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A sua produção, feita por mais de 200 famílias, é enviada para todos os estados do Brasil e à Venezuela. Ela também produz cerca de 100 variedades de sementes crioulas, 33 tipos de grãos, 15 de forrageiras e 12 de flores.

Com sede em Candiota, na região da Campanha gaúcha, a cooperativa tem a meta de passar a produção de 4 para 8 toneladas de hortaliças na próxima safra de verão. Para forrageiras, e estimativa é aumentar das atuais 40 toneladas para 70.

A agroecologia como antídoto à produção transgênica. Leonardo Boff - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 08/08/2016.

E não há outra alternativa senão ter que mudar de modo de produção e de consumo e ter que cuidar da Casa Comum, a Terra

O atual sistema político e econômico parece obedecer à lógica das bactérias dentro de uma “placa de Petri”. Esta é um recipiente achatado de vidro com nutrientes para bactérias. Quando estas pressentem que os nutrientes estão prestes a acabar, se multiplicam espantosamente para, em seguida, todas morrerem.

Algo parecido, a meu ver, está ocorrendo com o sistema do capital. Ele está se dando conta de que, devido aos limites intransponíveis dos recursos naturais e da ultrapassagem da pegada ecológica da Terra, pois precisamos já agora de um pouco mais de um planeta e meio (1,6) para atender as demandas humanas, ele não terá mais condições, no futuro, de se auto reproduzir. E não há outra alternativa, como advertiu o Papa em sua encíclica *Laudato Si* senão ter que mudar de modo de produção e de consumo e ter que cuidar da Casa Comum, a Terra.

Qual a reação dos capitais produtivos e especulativos? À semelhança das bactérias da “placa de Petri” multiplicam exponencialmente as formas de lucro, acumulando cada vez mais e se concentrando de forma espantosa. Segundo dados publicados pelo economista L.Dowbor em seu site ((dowbor.org de 15/12/2015: A rede do poder corporativo mundial)), “apenas 737 principais atores (top-holders) detém 80% do controle sobre o valor de todas as empresas transnacionais.”

O poder econômico, político e ideológico que se esconde atrás destes dados é espantoso. Adorador do ídolo dinheiro, este sistema se torna, no dizer do Papa no avião de regresso da Polônia, como “o verdadeiro terrorismo contra a humanidade”.

Será que o sistema, inconscientemente, não está pressentindo como as referidas bactérias, de que pode desaparecer, caso não mudar? E ousa mudar?

Não pensem os leitores/as que esta situação isenta a sétima economia do mundo, o Brasil. Pertence à “estupidez da inteligência brasileira” no dizer de Jessé Souza não inserir esse dado geopolítico nos debates sobre o impeachment e sobre a economia nacional, como por exemplo vem sendo feita há anos no programa PAINEL da Globonews. Aí domina soberanamente o neoliberalismo. A ecologia e os movimentos sociais não existem para esse programa.

O real problema é esse: com o PT, Lula e Dilma, o sistema mundial não consegue enquadrar o Brasil na lógica predadora do capital globalizado. O povo e os pobres, diz-se, ganham demais em prejuízo do mercado e das grandes corporações nacionais articuladas com as transnacionais. Por isso há que se dar um golpe, sob qualquer forma, na democracia para assim liberar o caminho para a acumulação dos endinheirados. As políticas do vice-presidente Temer visam um desmonte completo das políticas sociais do governo Lula-Dilma. O Ministério de Desenvolvimento Agrário foi extinto. A Secretaria da Economia Solidária virou um departamento, chefiado por um policial.

Mas onde há poder, existe também um anti poder. Por todos os lados no mundo estão se reforçando as resistências ao capitalismo insustentável que não consegue mais dar certo sequer nos países centrais.

É neste contexto, como antídoto, que entra a agroecologia, a produção orgânica e o surgimento de cooperativas agrícolas sem pesticidas e transgênicos.

Entre os dias 27 e 30 de julho de 2016 ocorreu em Lapa-Paraná a 15ª Jornada de Agroecologia, reunindo mais de três mil participantes de diferentes regiões do Brasil e de outros sete países. A tema central era a preservação das sementes crioulas, criando bancos e casas de sementes contra o assalto das grandes corporações, como a Monsanto e a Syngenta entre outras. Estas procuram tornar estéreis as nativas para obrigar os camponeses a comprar suas sementes geneticamente modificadas.

Sabemos que as sementes constituem um bem comum da humanidade e não podem ser apropriadas por interesses privados. O acesso às sementes estabelece um direito humano básico, ferido pelas poucas transnacionais que controlam praticamente todas as sementes. Para que a vida continue a reproduzir-se é fundamental defender a riqueza ecológica, patrimonial e cultural das sementes. Curiosamente, Cuba ocupa, na agroecologia, o primeiro lugar no mundo e na criação de cooperativas em todos os âmbitos. É a forma pela qual o socialismo evita ser absorvido pelo capitalismo.

Era comovente assistir na “mística” final da Jornada, a troca de sementes e de mudas de plantas entre todos os presentes. Havia muitas crianças, jovens, indígenas, homens e mulheres que lutam pela vida sã para todos, contra um sistema anti vida. Eles carregam a esperança de que o mundo pode ser sadio e melhor.

Tocantins fortalece biodiversidade. Leticia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 09/08/2016

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) participa da reativação da Câmara Técnica da Sociobiodiversidade do Tocantins, que estava há dois anos sem funcionar. A instância está de volta após o processo de revisão do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e sua integração com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

“A reativação da Câmara Técnica fortalece a agenda no Tocantins e consolida o trabalho realizado no âmbito do governo federal de revisão do Plano Nacional da Sociobiodiversidade”, destacou o analista ambiental Gabriel Domingues, que representou o MMA na reunião.

Gabriel também ressaltou a importância da articulação entre diversos órgãos que são peças-chave para promover ações integradas entre as diferentes cadeias produtivas do estado.

A Câmara Técnica coordena, no âmbito do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável, as iniciativas ligadas à sociobiodiversidade. Entre as ações prevista pelo Plano Nacional, estão o apoio a arranjos produtivos locais, a promoção de boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico e a criação de plataforma de comércio eletrônico para os produtos.

A reunião que reativou a Câmara Técnica foi coordenada pela equipe da Secretaria de Agricultura e Pecuária (Seagro) do Tocantins. Na ocasião, foi aprovado o novo regimento interno da Câmara e pactuado o primeiro plano de ação a ser executado até o início de 2017.

Além do MMA, estavam presentes representantes do INCRA, da Secretaria de Meio Ambiente do Tocantins, da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), Embrapa e representantes da sociedade civil, como Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Instituto Mangaba.

“Inovação tecnológica é fundamental para o produtor sair da pobreza”, afirma secretário. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 09/08/2016.

Durante abertura do Congresso Brasileiro do Agronegócio, Caio Rocha falou sobre as ações do governo federal para aumentar a renda do agricultor familiar

“Vamos discutir inovações tecnológicas para tirar o produtor da pobreza”. A afirmação é do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Caio Rocha, durante a abertura do 15º Congresso

Brasileiro do Agronegócio, realizado pela Associação Brasileira de Agronegócio (Abag).

“Levamos para o debate o processo de startups do pequeno produtor, daqueles que estão nos programas sociais do governo federal. Vamos, conforme diretriz desse governo, fazer com que a renda do agricultor aumente”, destacou o secretário, nessa segunda-feira (8), em São Paulo.

Segundo ele, programas, como o de Cisternas e o de Aquisição de Alimentos, garantem ao agricultor familiar acesso à água para produzir, além de promoverem a segurança alimentar da população. “Essa é uma obrigação do Estado: alimentar as pessoas e trabalhar com segurança alimentar. Quando estamos participando de um agronegócio que produz mais de 200 milhões de toneladas, precisamos rediscutir o papel da agricultura familiar e daqueles produtores que estão no Cadastro Único e no Bolsa Família”.

Durante conversa com o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, o secretário destacou parcerias para que seja possível constituir uma inovação tecnológica para o produtor que está na pobreza.

Participaram da abertura do evento o ex-ministro e presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Francisco Turra, a senadora Ana Amélia Lemos, o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Marcos Montes, entre outros.

Caisan discute Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 11/08/2016.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, reafirmou o compromisso do governo federal com as ações para a promoção da alimentação saudável e adequada.

Ele participou, nessa quarta-feira (10), da reunião ordinária do pleno executivo da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Na ocasião, foi discutida a aprovação do 2º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

(Plansan), principal instrumento de planejamento, gestão e execução das ações para o período de 2016 a 2019.

Caio Rocha lembrou que o Brasil é um grande produtor de alimentos e, por isso, é fundamental garantir a segurança alimentar da população. “Somos grandes produtores de alimentos. Temos, portanto, que ter um plano de segurança alimentar com ações efetivas para que possamos nos colocar em um padrão de destaque em nível mundial”, afirmou o secretário.

Durante a reunião, Rocha destacou que o 2º Plansan traz um conjunto de 121 metas e 99 ações estruturadas a partir dos grandes desafios voltados aos hábitos alimentares da população brasileira.

Coordenada pelo MDSA, a Caisan reúne representantes de 20 ministérios e secretarias especiais. A câmara é uma instância governamental responsável pela coordenação e pelo monitoramento intersetorial das políticas públicas, na esfera federal, relacionadas à segurança alimentar e nutricional, ao combate à fome, e à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Prazo - Com a reformulação dos ministérios, o pleno executivo da Caisan concedeu 15 dias para que os novos integrantes das pastas avaliem o plano. Após esse prazo, o Plansan vai para a aprovação do pleno ministerial da câmara.

Também esteve em pauta a apresentação da Oficina de Trabalho sobre Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional, que ocorrerá em setembro.

MDSA vai repassar até R\$ 10 milhões para aperfeiçoamento das políticas de segurança alimentar. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 12/08/2016.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) lançou, nesta sexta-feira (12), edital de convênio para apoiar o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a gestão das políticas para promoção da alimentação adequada e saudável.

Com investimento de até R\$ 10 milhões, o edital ficará aberto até 19 de setembro. Só serão formalizados convênios com os estados que não tenham convênio vigente com o

MDSA para fortalecimento do Sisan. Cada estado pode requisitar até R\$ 1 milhão para as ações.

Entre os resultados exigidos pelo ministério estão o fortalecimento dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar (Conseas) e a elaboração de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. “Quando um estado faz um plano, ele articula os seus órgãos de governo para uma melhor execução de suas políticas”, explica o coordenador geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sisan, Élcio Magalhães.

Além disso, o recurso poderá ser utilizado para promover capacitações e incentivar adesão de municípios ao Sisan. Até o momento, 183 municípios e todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao sistema. “Com a adesão ao Sisan, melhora a gestão da política, a eficiência da execução, a participação social por meio dos Conseas”, disse o coordenador do MDSA.

O edital ainda prevê o apoio à gestão de políticas estratégicas para o governo federal que garantam alimentação adequada e de qualidade para a população como o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, o aprimoramento da gestão do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a redução da insegurança alimentar entre povos e comunidades tradicionais.

Os recursos poderão ser utilizados para a compra de equipamentos, contratação de profissionais, realização de oficinas de capacitação de gestores, entre outras ações.

**MDSA lança chamada pública para compra de produtos da agricultura familiar.
Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), 15/08/2016.**

Mais de 4,3 mil toneladas de alimentos serão adquiridos graças à modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) abriram chamada pública para a compra de mais de 4,3 mil toneladas de alimentos. Os produtos serão adquiridos diretamente da agricultura familiar, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O investimento previsto é de R\$ 23 milhões.

Os produtos vão compor as cestas de alimentos destinadas a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional. Serão adquiridos sete

produtos: açúcar mascavo ou rapadura, arroz beneficiado, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão comum preto, farinha de milho e leite em pó integral.

O diretor de Apoio à Aquisição e Comercialização da Produção Familiar do MDSA, José Paulo Almeida, explica que as compras institucionais têm sido uma importante ferramenta para o governo atender às demandas dos públicos em situação de insegurança alimentar e nutricional. “A ação permite ainda a distribuição de alimentos saudáveis, produzidos pela agricultura familiar, o que é fundamental para estas pessoas”.

A aquisição dos alimentos será feita por meio das Superintendências Regionais da Conab nos estados de Alagoas, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Podem participar da chamada pública organizações formadas por agricultores familiares de todo o país.

Para os interessados em entregar os produtos nas superintendências regionais, o prazo para a entrega das propostas vai até as 12h do dia 19 deste mês. Os produtos serão destinados a todos os estados brasileiros e deverão ser entregues até o dia 30 de setembro.

O limite de venda por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente se já forneceu a outras modalidades do PAA ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Já o limite para cooperativas ou associações é de R\$ 6 milhões por DAP Jurídica, também por órgão comprador.

**Feira promove produtos de povos e comunidades tradicionais no Rio de Janeiro.
Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). 19/08/2016.**

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário promove evento na Casa Brasil para mostrar práticas e saberes do segmento

A riqueza da diversidade sociocultural do povo e dos biomas brasileiros e os produtos que valorizam esta diversidade podem ser conhecidos até o dia 21 deste mês na Feira Povos e Biodiversidade do Brasil. O evento, realizado na Casa Brasil, no Rio de Janeiro, é uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e do Meio Ambiente.

A feira reúne 26 empreendimentos de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, que têm a oportunidade de mostrar práticas e saberes fundamentados no uso equilibrado dos recursos naturais e transmitidos de geração a geração.

A iniciativa também representa uma importante ação de inclusão social e econômica, uma vez que amplia a divulgação dos produtos para os mercados nacional e internacional, promovendo o aumento da geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das famílias.

“Queremos divulgar os produtos da sociobiodiversidade e incluir os povos e comunidades tradicionais no mercado produtivo, pois muitos não têm acesso. É uma oportunidade de mostrarem seus produtos para o mundo”, destacou a secretária executiva do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), Kátia Favilla.

Os expositores - indígenas, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto, povos de Terreiro, pescadores artesanais, catadoras de mangaba, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares - são, em sua maioria, beneficiários das políticas públicas do MDSA, como o Programa Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

É o caso de Teresinha Maria de Araújo, 59 anos, moradora da área rural de Samambaia (DF). Ela produz geleias e compotas. Há quatro anos, vende para o PAA. “Se pudesse vender todo mês, faria porque o governo, ao contrário do que muita gente fala, paga direitinho. É uma oportunidade que tenho de fazer melhorias na minha propriedade”.

PNPCT – A feira é uma ação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) para promover o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais. A implementação da política é coordenada pelo Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que tem como secretário geral o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra.

PAA melhora a vida de agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). 29/08/2016.

Na 39ª Expointer, o ministro Osmar Terra defendeu a importância da agricultura familiar e do Programa de Aquisição de Alimentos, coordenado pelo MDSA

Especialista em salames e embutidos, Osmar da Silva é agricultor familiar em Vera Cruz, município gaúcho de pouco mais de 25 mil habitantes. Por meio da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (Coopervec-RS), ele vende mais de 17 tipos de salames para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “Graças ao programa, a agricultura familiar tem aumentado. Vejo que muitos colegas se mantêm em pé graças ao PAA”.

Além dos salames, o agricultor familiar também cria porcos. A produção tem destino certo: a merenda escolar de Vera Cruz. De acordo com ele, atualmente 64% da merenda escolar da cidade é feita com produtos da agricultura familiar. A família do agricultor participa ainda de feiras livres para complementar a renda. “É um programa que veio muito bem, na hora certa. Garanto que todos os produtores do nosso município estão muito satisfeitos”, conta.

Osmar é um dos mais de dois mil expositores da 39ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (Expointer), uma das maiores feiras de agropecuária da América Latina, em Esteio (RS). Ao visitar a exposição, o ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, elogiou a qualidade dos produtos.

Durante a visita, o ministro defendeu a importância da agricultura familiar e do PAA. “O PAA é decisivo para as famílias que vivem da agricultura familiar. Ele garante a compra da produção por um preço mínimo razoável. O programa mantém os produtores no campo. É um programa com uma abrangência muito grande e que queremos ampliar no ano que vem”, destacou Osmar Terra.

De Cachoeira do Sul (RS), o agricultor familiar Ernani Macedo também está participando da Expointer. Com a adesão ao PAA, Ernani conseguiu trocar a produção de 13 hectares de fumo e iniciar o cultivo de alimentos. Na terra crescem agora mandioca, batata doce e moranga. As frutas viram geleias. “Isso tudo vai para merenda escolar. É um orgulho para mim e para a minha família.”

Por meio da modalidade Compra Institucional do programa, o agricultor consegue vender cerca de 80% de sua produção. “Para nós, o PAA deveria ter mais produtores. O programa é um grande incentivo.”

Expointer - O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) participa da Expointer por meio do Pavilhão da Agricultura Familiar. O investimento de R\$ 800 mil beneficia 1,2 mil famílias de agricultores familiares de 120 municípios gaúchos.

MDSA apresenta Compra Institucional no Espírito Santo. Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). 31/08/2016.

Modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos facilita que órgãos públicos comprem alimentos diretamente dos agricultores familiares

Para incentivar as compras da agricultura familiar, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) apresenta nesta quarta-feira (31) a Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para gestores públicos do Espírito Santo, no Palácio Anchieta, em Vitória.

No encontro, a diretora de Estruturação e Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares do MDSA, Patrícia Gentil, acompanha as ações da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, buscando fortalecer o tema das compras de alimentos da agricultura familiar como estratégia de política pública.

A modalidade fomenta o desenvolvimento local e proporciona o consumo de produtos mais saudáveis. “A ideia é mostrar que a Compra Institucional é mais vantajosa. O recurso é aplicado no próprio local, beneficiando os agricultores familiares mais próximos ao órgão comprador”, explica Patrícia.

O coordenador de Aquisições e Distribuição de Alimentos, Gustavo de Assis, apresentará o funcionamento da modalidade, que permite a aquisição de produtos de forma mais simplificada, sem necessidade de licitação.

Na Compra Institucional, órgãos do governo federal, estadual, distrital e municipal, com recursos próprios, compram, por meio de chamada pública, alimentos da agricultura familiar para o atendimento de demandas próprias de abastecimento.

Cada agricultor familiar local pode vender até R\$ 20 mil anuais, por órgão comprador. Já os empreendimentos da agricultura familiar, detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), podem vender até R\$ 6 milhões, por ano, por órgão comprador. Os principais produtos adquiridos são itens de hortifrúti, grãos e laticínios.

Balanco – Neste ano, o governo federal investiu R\$ 32,7 milhões na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares de todo o país. As Forças Armadas,

ministérios, universidades e institutos federais de educação adquirem os produtos por meio da Compra Institucional.

Agricultura camponesa: "Não há democracia sem direito à alimentação". Rafael Tatemoto - Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST). 20/08/2016.

Diego Montón, da Via campesina, explica importância da Declaração dos Direitos Camponeses para toda sociedade

O governo boliviano apresentou à Organização das Nações Unidas (ONU) uma proposta de Declaração de Direitos dos Camponeses em 2012. A ideia, construída durante quase uma década, partiu de movimentos camponeses de todo mundo vinculados à Via Campesina.

Em entrevista ao Brasil de Fato, Diego Montón, integrante do Movimento Nacional Campesino y Indígena da Argentina, membro da secretaria operativa da Coordenação Latino-americana das Organizações do Campo Cloc e representante da América Latina no coletivo internacional da Via Campesina que discute a Declaração dos Direitos Camponeses, explica que o avanço das companhias transnacionais gerou uma série de novas violações de direitos humanos, exigindo que as organizações camponesas buscassem uma proteção internacional ao seu modo de vida e trabalho.

Segundo Montón, o debate não interessa só aos camponeses, mas à toda sociedade, já que a agricultura camponesa "garante o direito à alimentação da classe trabalhadora". "Não pode haver democracia sem o direito à alimentação garantido", afirma.

Confira a entrevista completa abaixo:

Brasil de Fato - Como surgiu a ideia de uma declaração de direitos humanos específica para camponeses?

Diego Montón - Em primeiro lugar, o que avaliamos é que, com toda ofensiva das corporações transnacionais, foram surgindo novas formas de violação de direitos, que, quando se discutiram os direitos humanos, não havia a percepção de que poderiam ocorrer. Por exemplo, o tema das sementes. Há 50 anos não se poderia imaginar que se poderia privar de um agricultor o direito à semente, mas estamos em um contexto no qual as empresas estão avançando com normas internacionais que permitem a

apropriação da propriedade intelectual, através de patentes, das sementes e, desta forma, espoliando direitos históricos dos camponeses. Assim como esse existem muitos outros direitos que devem ser ratificados pelo sistema internacional de proteção aos direitos humanos.

Estamos em uma situação na qual, além da luta cotidiana que se dá nos territórios - pela terra, pela água, pela produção -, as empresas também estão armando uma estrutura internacional de tratados e convenções comerciais que são os seus direitos, blindam as companhias.

Para a Via Campesina é estratégico desenvolver uma legislação internacional que consolide os direitos dos camponeses e que coloque obrigações e limites às corporações. Além disso, a própria discussão em torno da Declaração ajuda no debate sobre o papel do campesinato nesta etapa da História da humanidade, como sujeitos econômicos, culturais e sociais fundamentais para se sair da crise estrutural do capitalismo em que estamos. Há essas duas dimensões.

Qual a relação da proposta com as bandeiras da Via Campesina?

A Via Campesina defende que a agricultura camponesa pode alimentar a humanidade e, se pensamos na questão do aquecimento global, esfria o planeta. Esses debates se condensam na discussão em torno da Declaração. Além disso, há uma ofensiva que estamos vivendo na América Latina, África e Ásia, uma situação de perseguição e criminalização das lideranças camponesas. Acreditamos que essa discussão no Conselho de Direitos Humanos da ONU gera melhores condições para a luta e para parar essa situação.

Quando surgiu essa ideia?

Este processo se inicia com inquietações da Via Campesina nos anos 2000. A partir daí, em uma Conferência Internacional da Via em 2003 começou a discussão nos quatro continentes sobre quais deveriam ser os elementos que deveriam constar em uma Carta de Direitos Camponeses. Em 2008, em outra Conferência Internacional, se aprovou a Carta de Direitos dos Camponeses e Camponesas que contemplava uma visão de novos direitos e direitos coletivos.

Em 2012, com Evo Morales como presidente da Bolívia, conseguimos que o governo boliviano fosse o responsável por apresentar a proposta no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Aí se inicia o processo formal com um comitê de especialistas que

vai traduzir a Carta de Direitos da Via para uma linguagem mais formal. Formou-se, então, um grupo de trabalho composto por Bolívia, África do Sul e Filipinas, como primeiros promotores desse processo.

Quais outros eixos a proposta de Declaração toca?

Há um desenvolvimento do que poderia ser a reforma agrária e a soberania alimentar a partir de direitos específicos: ao uso coletivo e comunitário da terra, à biodiversidade, à água - para consumo e irrigação -, à produção e a um rendimento mínimo que permita uma vida digna, à comercialização dos produtos a preço justo. Há um capítulo sobre o direito das camponesas, que aponta para a questão da igualdade de gênero, e há também uma compilação de direitos já reconhecidos, por exemplo: à saúde, enfrentando o tema dos agrotóxicos e a responsabilidade do Estado em relação a isso, à educação adequada à cultura.

Como a garantia de direitos a camponeses e camponesas afetaria a vida das pessoas nas cidades?

Diante de alguns problemas que são fatores fundamentais da crise - como a fome, a questão do abastecimento de alimentos saudáveis a preço justo nos mercados locais -, esta Declaração pode gerar um impulso à agricultura camponesa, que garante o direito à alimentação da classe trabalhadora, que, nos parece, é a coluna vertebral de uma democracia real. Não pode haver democracia sem o direito à alimentação garantido. O outro elemento é que a agricultura industrial é a principal fonte de emissões de gases que intensificam o aquecimento global, ante a qual nós propomos a agroecologia, que quase não tem emissões, ou seja, mitiga a crise climática. São alguns dos elementos de uma proposta que beneficia o conjunto da sociedade. Organizações de pastores, pescadores, trabalhadores estão se somando ao apoio a esta Declaração.

A proposta enfrentou resistências na ONU?

Sim, principalmente os países do Norte: os Estados Unidos foram o principal país a resistir. A União Europeia, a princípio, teve uma posição contrária monolítica, que logo foi se dividindo. Foram os dois blocos que se opuseram por três elementos principais: primeiro, negam a identidade camponesa, para eles não há campesinato como uma classe global; segundo, dizem que não é necessário falar de novos direitos, direitos humanos seriam só os que se consagraram anteriormente; e, terceiro, se opõe à concepção de direitos coletivos. Nós tivemos uma batalha cultural muito grande, eles entendem direitos de forma individual.

Há expectativas de aprovação da Declaração em breve?

Temos expectativas, porque, apesar da vulnerabilidade do sistema ONU e as mudanças na correlação de forças naquele espaço, entre os países da América Latina, africanos havia um grande apoio, e um número importante de países asiáticos também. Dentro da União Europeia começaram a ocorrer dissidências. Acreditamos que se alcançarmos a pressão necessária nesta etapa, com mobilização e lutas nos países, há possibilidade do processo avançar. Um momento chave será maio de 2017, no qual o grupo de trabalho exporá as últimas consideração a respeito da Declaração e, talvez, em setembro do próximo ano a proposta vá a votação no Conselho de Direitos Humanos. Passando essa etapa, iria à Assembleia Geral da ONU, onde a questão seria decidida.

Entidades defendem no STF lei que protege a saúde da população contra os agrotóxicos. Site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST) 22/08/2016.

Para proteger o meio ambiente e a saúde da população, a legislação dispõe que os agrotóxicos importados não podem ser cadastrados no órgão estadual de meio ambiente se não tiverem seu uso autorizado no país de origem

No início deste mês de maio a Via Campesina, a Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (COONATERRA – BIONATUR); a Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo (CDHPF); o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingá); o Núcleo Amigos da Terra Brasil; a Terra de Direitos e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), protocolaram no Supremo Tribunal Federal, por meio da assessoria da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares, seu pedido de admissão na qualidade de Amicus Curiae nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Adfp) nº 221 – para defender a lei estadual e decretos do Rio Grande do Sul que restringem a distribuição e comercialização de agrotóxicos e biocidas importados em território gaúcho.

Para proteger o meio ambiente e a saúde da população, a legislação dispõe que os agrotóxicos importados não podem ser cadastrados no órgão estadual de meio ambiente se não tiverem seu uso autorizado no país de origem. Trata-se de uma legislação avançada que adota o mecanismo da “extraterritorialidade” no que tange a atuação de

empresas transnacionais, dispondo que elas só podem comercializar no Brasil, produtos que comercializa no seu país de origem.

O Partido Democratas (DEM), ingressou no STF com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 221, para invalidar a lei gaúcha. O DEM tem o apoio do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), da Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA) e da Associação Brasileira dos Defensivos (AENDA).

Esta ação beneficia empresas como a Syngenta que tem comercializado no Brasil, agrotóxicos que tem comercialização vedada no seu país de origem. A Syngenta já ingressou com Mandado de Segurança contra a FEPAM (órgão ambiental do RS), para desobrigar-se de cumprir a lei que é objeto da ADPF do DEM.

O relator da ADPF é o Ministro Dias Toffoli ([Link do processo no STF aqui](#)) que em 2015 julgou inconstitucional lei gaúcha que proibia o comércio de alimentos importados não submetidos a análise do teor de agrotóxicos que continham .

A Via Campesina, a Renap e as seis organizações da sociedade civil que ingressaram com o pedido de Amicus Curiae pretendem apresentar ao Supremo Tribunal Federal argumentos jurídicos e científicos em defesa da constitucionalidade da legislação ambiental do Estado do Rio Grande do Sul.

A legislação atacada pelo DEM é fruto das reivindicações da sociedade gaúcha e do pioneiro movimento ambiental que, nos anos oitenta, já viam com ressalva a utilização indiscriminada de agrotóxicos em nossa agricultura e que, sobretudo, buscava garantir alimentos de qualidade na mesa de todos. O objetivo primordial da lei é garantir à população gaúcha que agrotóxicos proibidos ou banidos em seus países de origem não sejam autorizados no estado, evitando, assim, o uso de substâncias nocivas à saúde humana e à natureza na nossa agricultura.

Aproveitando-se da fragilidade da aplicação da nossa legislação ambiental, essas empresas trazem para os países latino-americanos produtos que tiveram proibida a sua comercialização em virtude de possuir determinadas substâncias tóxicas na sua composição ou produtos cuja autorização de comercialização foi negada.

Ou seja, trata-se de uma legislação que protege a natureza e o consumidor, pois evita que continuemos servindo como verdadeiras cobaias das indústrias de agrotóxicos

estrangeiras, que nos últimos anos tem comercializados indiscriminadamente esse tipo de veneno para a produção agrícola do nosso país.

Como já vem sendo amplamente divulgado pela Campanha permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, desde 2008 o Brasil tornou-se o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, tendo uma média de consumo anual de 5,2 litros per capita.

Além disso, uma série de pesquisas científicas nacionais e internacionais apontam que o aumento vertiginoso de casos de câncer esta intimamente relacionado com a qualidade dos alimentos que consumimos. Sendo que nas regiões cujo consumo de agrotóxicos aumentou constatou-se também a elevação de taxas de pessoas com problemas de saúde.

Coordenador
Sergio Leite

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Secretária
Diva de Faria

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa